

Resenhas:

BAPTISTA, Pedro. *O Milagre da Quinta amarela. História da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931)*. Porto: Universidade do Porto, 2012.

Há três formas de abordar criticamente esta obra: pelos aspectos monográficos, pelas referências biobibliográficas e pela ilação que de ambas as abordagens resulta, enquanto propósito de, a pretexto de documentar a gênese da criação e da atividade posterior da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931), historiar o pensamento filosófico de então através dos seus professores.

Justapondo diversos modos de historiar, Pedro Baptista construiu bem a arte de os articular, entrelaçando-os e envolvendo-os no trama geral do seu objetivo - o de atribuir à criação da então novel Faculdade de Letras do Porto um propósito coletivo de ensino não só libertário em relação ao paradigma das Universidades de Coimbra e de Lisboa, como o de demonstrar que o que dela resultou, justamente pelas práticas inovadoras que os seus mestres implementaram, foi a criação de uma geração de escol como de outra não há memória no âmbito do pensamento filosófico português. Ao que, por extensão e colateralidade, associa a exaltação apologética de Leonardo Coimbra, a par de outros mestres por ele escolhidos, enquanto mentores duma revolução no ensino e do pensamento dele resultante, os quais de forma indelével associaram, por sua vez, o burgo portuense à condição de capital de modernidade do país pensante, ainda que a tais exaltações subtilmente associe uma espécie de revivalismo afim ao discurso republicano.

Em qualquer destas vertentes sobressai o trabalho meritório de Pedro Baptista, tanto pelas minúcias e detalhes que nos apresenta, de resto comuns a outras obras suas, quanto pela atenção que tem dedicado a este período e à história da filosofia que lhe é afim, ainda que, num ou noutra questão, mormente em aspectos redutores afetos à biografia de alguns intérpretes, como acontece em relação a Leonardo Coimbra, não os aborde.

Nascida a 27 de Agosto de 1919, bem se pode dizer que a Faculdade de Letras da Universidade do Porto trazia já o vírus que lhe dava o mote de morte anunciada, tantas foram as peripécias que lhe deram o ser e mais as que ocorreriam no seu breve período de existência, nove anos incompletos, pois que por despacho de Alfredo Magalhães, então titular da Instrução, foi extinta a 12 de Abril de 1928, ainda que em termos definitivos tenha durado até ao mês de Julho de 1931, para não prejudicar os instruendos em curso.

Criada por iniciativa do então Ministro da Instrução Pública, Leonardo Coimbra, que fazia

parte do Governo de Domingos Pereira, que teve por curiosidade não ter sido sufragado pela vontade popular mas antes *concertado* pelos partidos mais representativos, ao jeito de salvação nacional, e somente com a duração de três meses.

Nem tanto durou, pois que decorreu entre 30 de Abril e 29 de Junho, açulado como foi por contínua agitação social, marcada por confrontos com as forças policiais, incêndios criminosos e greves que praticamente paralisaram o país.

Confinado de seguida à gestão governativa até novas eleições, na sequência da sua demissão, Domingos Pereira veio a salientar-se pela continuidade da violenta repressão que exerceu sobre o operariado e demais forças de oposição, através de decretos usurpadores do Poder Legislativo.

Em tal contexto, temos o fato bizarro de Leonardo Coimbra considerar o Governo a que pertencia como legitimamente saído da vontade popular e com uma obrigação: o de ser intransigente na defesa da República contra os seus inimigos, nomeadamente os monárquicos, os eclesiásticos e mais os republicanos que se faziam passar por tal mas que não o eram! Ou seja; Leonardo Coimbra, com este tipo de diatribes, emparceirou com a repressão desencadeada por Domingos Pereira, que chegou ao ponto de exonerar o Diretor da Polícia de Segurança do Estado por este se recusar a comandar novas cargas policiais sobre o operariado!

O trajeto político de Leonardo Coimbra, independentemente das suas qualidades de pensador, filósofo, poeta e pedagogo, não foi propriamente um modelo de coerência, iniciando-se sob a sigla de independente, com antecedentes anarquistas, depois na condição de filiado no Partido Republicano Português e mais tarde, após desquite, motivado pela defesa que encetou em favor do ensino religioso nos estabelecimentos de ensino particular, com nova filiação partidária, desta feita no Partido Republicano da Esquerda Democrática, formado por José Domingos dos Santos!

Para aqueles que pretendam atribuir muita importância a estes acontecimentos, bom será que tenham em conta a realidade da época, atendendo a que a generalidade dos políticos de então eram saltimbancos, trocando e criando partidos ao sabor das suas conveniências.

Todavia, Leonardo Coimbra não se ficou por aqui: defensor inflexível do estado laico da República, acabou por se converter ao Catolicismo, não sem antes proclamar a necessidade de reintegrar as *disciplinas espirituais*, como a metafísica e a religião, nos propósitos da República, e de se tornar um dos maiores impulsionadores do Espiritismo em Portugal!

Em todo o caso, é na sequência da sua filiação no Partido Democrático que Leonardo Coimbra volta a ser ministro da Instrução, no Governo chefiado por António Maria da Silva, já

então na condição de Professor e Diretor da Faculdade de Letras do Porto.

Leonardo Coimbra, enquanto Ministro da Instrução, tinha um objetivo: acabar com o analfabetismo, ao ponto de subsidiar as famílias de poucos recursos para que os seus filhos frequentassem a escola, e de banir do ensino em geral, do primário ao universitário, todos aqueles ministrantes que não se identificassem com os valores republicanos, chegando mesmo a declarar, em tempo posterior, que jamais nomearia para o ensino oficial um professor que não fosse de *indefectível fé republicana*...

Certo é, todavia, que os republicanos, no antes, no durante e no depois da governação de Domingos Pereira, nunca deixaram de reclamar uma *limpeza* contra os adversários do regime, de forma a erradicar o vírus monárquico instalado na administração pública, nos quartéis, esquadras, escolas, cátedras, etc., pedindo, inclusive, a dissolução do corpo da Polícia e a do próprio Parlamento!

Aqui chegado, convém ainda recordar que Domingos Pereira, em tempo anterior, na condição de Ministro da Instrução do Governo de José Relvas, exonerara já da Universidade de Coimbra alguns professores, dados como inimigos da República, nomeadamente Carneiro Pacheco, Fezas Vital, João Colaço e Oliveira Salazar, depois revelada improcedente.

No que diz respeito a Salazar, acontece que este publicou um opúsculo, hoje difícilimo de obter, sob o título, “*A Minha resposta – no processo de sindicância à Universidade de Coimbra*”, no qual faz tábuas rasas da acusação que lhe fora feita e que era a de fazer propaganda política contra a República nas suas aulas.

De forma que, como decorre deste e doutros pormenores, o cisma com a Universidade de Coimbra possuía já um historial de aparente conflitualidade, que depois virá a descambar através das medidas impostas por Leonardo Coimbra.

No que diz respeito à reforma encetada por Leonardo Coimbra, pode-se dizer que foi um êxito na vertente do ensino primário, apesar da curta duração governativa de Domingos Pereira, pois que criou o Ensino Primário Geral, com cinco anos de escolaridade obrigatória, seguido do Ensino Primário Superior, com a duração de três.

No mais reorganizou o Teatro Nacional Almeida Garrett, o Conservatório de Música, a Biblioteca Nacional, atribuindo a direcção a Jaime Cortesão e Raul Proença, sem esquecer a criação anterior da Universidade Livre, fundada por Jaime Cortesão, resultante do mesmo espírito reformador e mais o seu órgão, a revista “*A Águia*”, entre outras, para além da sua qualidade de fundador do movimento da “*Renascença Portuguesa*”.

Quanto ao universitário, as suas decisões caracterizadas como foram pelo dogmatismo e autoritarismo com que as implementou, sem dar ou pedir contributos a ninguém, provocaram acesa polémica no Senado, inclusive a animosidade de muitos dos correligionários do partido de Leonardo Coimbra, incluindo intelectuais republicanos, como Teófilo Braga, e incendiaram o corpo docente da Universidade de Coimbra que, para que conste, tinha por essa altura doutorado Joaquim de Carvalho e Gonçalo Cerejeira.

Em tal demanda, Leonardo Coimbra logo consagrou dois novos lugares de professores na secção da Faculdade de Letras, com o encargo de a reformular, sem auscultação aos órgãos competentes da Universidade, considerando-a alforge de monárquicos impenitentes, de sionistas germanófilos, de teólogos frustrados pela revolução republicana e, conseqüentemente, ministrantes de um ensino partidário, pedagogicamente anacrônico e obsoleto, apesar de alguns dos seus mestres serem altamente considerados cientificamente e republicanos convictos...

Por detrás de tudo isto estava a cerimônia com que a Universidade, em 1918, celebrara a visita de Sidónio Pais, recebendo-o com cortejo, charamelas, festejos e discurso de apropinuação, como foi o de António Ribeiro de Vasconcelos, que celebrou entusiasticamente a tomada do poder encetado pelo visitante e mais as suas ideias germanófilas, que no essencial advinham do fato de Sidónio Pais ter sido ministro plenipotenciário em Berlim, até ao momento de Portugal entrar na guerra, situação que não subscrevia e que, aliás, dividia a Nação.

Perante tais acusações e procedimento do Ministro, o corpo docente da Universidade dirige-lhe uma exposição/protesto, fundamentada no disposto no estatuto universitário.

Leonardo Coimbra não a aceitou nessa qualidade, considerando-a não só uma falta de respeito à sua pessoa, como grave denúncia sobre o mérito dos professores que nomeara: Lúcio Pinheiro dos Santos e Newton de Macedo, nenhum deles doutorados à época!

Na verdade, Newton de Macedo só em 1925 é que recebeu o grau de doutor em Ciências Filosóficas, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, contando então a seu favor, quando muito, duas dissertações: “A Crise Moral e a Acção Pedagógica” e “Aspectos do Problema Psicológico” caídas já no domínio público.

Quanto a Lúcio Pinheiro dos Santos, o que sabemos dele e segundo Pedro Baptista, que lhe traçou a biografia numa outra obra que produziu, tinha por formação a matemática e a física, por frequência na Escola Politécnica de Lisboa, tendo obtido uma bolsa para estudar no estrangeiro, sendo dado na Bélgica e em Paris a frequentar cursos na Sorbona e no Collège de França, inclusive de filosofia, tendo regressado a Portugal *escassos meses* depois, por via da guerra, passando a

lecionar no Liceu Central de Gil Vicente.

Com tal curriculum e tais lacunas, a par da ausência de qualquer certificado ou diploma de frequência e aproveitamento no estrangeiro fosse do que fosse, é óbvio que a sua nomeação para a área das Letras não fazia sentido, e menos ainda a função reformadora que lhe era delegada, a menos que consideremos tal nomeação como decorrente de favor político ou de provas dadas de *indefectível fé republicana*, requisito fundamental proclamado por Leonardo Coimbra para as suas nomeações, sob a preocupação de instaurar um Ensino decorrente das virtudes republicanas. Nesta perspectiva, sendo grande o analfabetismo e diminutos os estudantes do ensino superior, ganha foro de coisa natural não só o despacho favorável à bolsa concedida a Lúcio Pinheiro dos Santos, como o da sua nomeação para áreas de ensino que não eram as da sua formação.

Aliás, a sua nomeação ocorre em período controverso da sua existência e, em rigor, pouco abonatória, dado que então se encontrava no Brasil, para onde se escapara acompanhado da que foi companheira para o resto da vida, escapadela ao jeito de romance ou novela camiliana, pois que se tratava de mulher já casada e mãe de duas filhas! E é aí que recebe o convite de Leonardo Coimbra para integrar a docência da Universidade de Coimbra e proceder à reforma do ensino de filosofia, a par de Newton de Macedo, apesar de nunca ter exercido o magistério secundário em tal disciplina!

É provável que tais insuficiências e incidentes pessoais estejam na base da omissão curricular dos nomeados ao órgão Directivo da Universidade de Coimbra pelo ministro, em clara violação da autonomia pedagógica e científica da Universidade, motivando desta o seu veemente e fundamentado protesto! O Ministro, como já foi referido, não gostou, considerando que o mesmo traduzia uma censura não só ao seu despacho mas também uma grave suspeição sobre o mérito dos professores nomeados. E não gostando não esteve com meias medidas: demite o reitor Mendes dos Remédios, considerando-o principal responsável pela alegada ofensa à sua pessoa, e para que não houvesse mais reincidências manda desanexar a Faculdade de Letras de Coimbra, sob a alegação de o ensino nela ministrado seguir uma orientação tomista, escolástica, e de o seu corpo docente ser reconhecidamente hostil à República, substituindo-a por uma Faculdade Técnica!

A polémica instalou-se de forma violenta, sendo amplamente discutida no Parlamento e nos jornais da época. E se muitos defenderam a opção de Leonardo Coimbra, outros houve, inclusive da governação a que pertencia, que o criticaram asperamente pelas suas convicções e atitudes nada democráticas, senão mesmo revanchistas.

É no seguimento deste escarcéu que, politicamente, se estabelece o compromisso não só do recuo nas duas nomeações, como a manutenção da Faculdade de Letras de Coimbra a par da criação

da Faculdade de Letras do Porto, onde ambos os indigitados para Coimbra passam a sê-lo para o Porto.

Ao que nos diz Pedro Baptista, Lúcio Pinheiro dos Santos só após o regresso a Portugal é que tomou conhecimento da sua transferência de Coimbra para o Porto e nunca a aceitou, considerando-a uma afronta pessoal, pois que fazia dele um mero peão num tabuleiro de jogo político, motivo pelo qual, em tempo algum, leccionou na respectiva Faculdade! E embora *pareça* ter estado presente nas duas primeiras reuniões do Conselho Escolar, certo é que a sua assinatura não consta das respectivas atas.

Entretanto, não deixou de se envolver ativamente na política e entre as muitas omissões que o seu historial regista, fica a dúvida se chegou a ser deputado ou não da Nação no tempo que se seguiu a estas nomeações, e a que título foi nomeado para uma Comissão de Serviço no Estado da Índia e se em Goa foi preso, quando de uma sublevação militar, e se algum dia esteve *doente* ou *requisitado* administrativamente e com isso justificar a ausência no exercício do cargo para que fora nomeado.

Entretanto, zarparia de novo para o Brasil, fixando-se no Rio, onde passou a exercer o professorado no ensino privado, com notórias dificuldades, dado não possuir credenciais para ministrar nas universidades oficiais. Aí veio a falecer, em 1950, de forma obscura e sem registo de vulto no plano científico.

Alongo-me no historial desta figura pela circunstância de Pedro Baptista, independentemente do que regista em “O Milagre da Quinta Amarela”, lhe ter dedicado uma biografia, não por acaso denominada, “*O Filósofo-fantasma: Lúcio Pinheiro dos Santos*” (Lisboa, Zéfiro, 2010), não menos minudente e aturada do que a presente obra.

Filósofo-fantasma em razão de quê? É que para além das dúvidas ou omissões supra registradas, acresce o fato de ser dado como criador de *A Ritmanálise*, que ainda segundo Pedro Baptista, o tornou *conhecido em todo o mundo, do Brasil aos EUA, da Austrália à Dinamarca, e nas mais variadas áreas disciplinares*, apesar de se manter desconhecido em Portugal, não merecendo *o interesse efectivo de nem meia dúzia de investigadores...*

Não menos confusa, senão fantasista, é a circunstância desta sua obra, se porventura o que dele se conhece sob o nome de *A Ritmanálise* assim se pode designar, resultar da interpretação que Gaston Bachelard faz no capítulo final da sua “*La Dialectique de La Durée* (1936), ao longo de apenas 23 páginas!

E ainda mais confuso é o fato de, com excepção do autor referido, ninguém conhecer

exemplar da dita *Ritmanálise*, havendo mesmo quem não só avente a hipótese de nunca ter sido publicada, como considere a sua existência *tão-somente dentro das páginas do livro do filósofo francês...*

Ainda segundo Pedro Baptista, não foram poucos os pares brasileiros que o celebraram e o consideraram como um dos pensadores mais discutidos da época... - panegíricos e louvores também não isentos de certa fantasmagoria, estando ainda por esclarecer quais deles cabem efetivamente a Lúcio Pinheiro dos Santos ou a Lúcio José dos Santos, pedagogo e Diretor da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, que muitos tomaram e tomam pela mesma pessoa, até ao ponto de atribuírem a Lúcio Pinheiro dos Santos a cidadania brasileira ao invés da portuguesa!

Como nota final, não menos bizarra, é a informação que Pedro Baptista nos fornece na biografia que lhe dedicou sobre o destino do espólio de Lúcio Pinheiro dos Santos após a sua morte:

Sua companheira regressou carregada com uma mala contendo os seus escritos. Consta que desagradada com o desinteresse demonstrado pelas autoridades em relação à obra do marido quando lhas foi apresentar, queimou-a publicamente. Neste caso, terá ardido mais um tesouro do pensamento português de um professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, hoje conhecido e discutido em todo o mundo.

Sobre este texto, que me parece retirado dum registo brasileiro, permito-me salientar a expressão *consta*, mais a definição de *marido* em contraponto com a de *companheira*, e a de *professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, onde, afinal, nunca lecionou, passando em aberto a falta de definição das *autoridades* que manifestaram desinteresse e bem assim o local *público* da queima da mala...

Voltando atrás e à obra em análise: foi pois através destas vicissitudes que a Faculdade de Letras veio parar ao Porto e a funcionar na Quinta Amarela, na Rua Oliveira Monteiro, em espaço adaptado e não apropriado, com notória falta de meios, até ao ponto de, em 1923, ser encarada seriamente a sua extinção motivada por questões financeiras. Por esta e outras razões, nomeadamente pela circunstância dos donos do imóvel promoverem a sua venda, transferiu-se a FLUP para a rua do Breyner pouco depois.

Sob a direção de Leonardo Coimbra, pode-se dizer que grande parte do seu corpo docente foi preenchida pelos seus companheiros do Colégio Gil Vicente, de Lisboa, onde tinha a função de bibliotecário. Assim Ângelo Ribeiro, Urbano Canuto Soares, Newton de Macedo, Lúcio Pinheiro dos Santos, Luís Cardim, Damião Peres, Câmara Reis, etc. Nenhum deles era doutorado, apesar de alguns já lecionarem em universidades somente com o bacharelado, conquistando as respectivas

lâureas em 1925/6, justamente na Faculdade de Letras do Porto.

Os demais, na generalidade, eram naturais ou fixados no grande Porto e quase todos adeptos/colaboradores do projecto pedagógico da “Renascença Portuguesa” e do seu órgão doutrinário oficial, “A Águia” (onde Leonardo Coimbra dá a conhecer o sistema do criacionismo), casos de Aarão de Lacerda, Augusto Ferreira Nobre, Francisco Torrinha, José Teixeira Rego, também doutorados em 1925/6 pela FLUP, de António Luís Gomes, Magalhães Basto e Mendes Correia. E também não poucos eram republicanos, uns mais *indefectíveis* do que outros, como Ângelo Ribeiro, preso juntamente com Leonardo Coimbra, Afonso Duarte, Raul Proença, Agatão Lança e outros, em Julho de 1918, em pleno consulado sidonista e na sequência de um debate sobre a entrada de Portugal na guerra, e Lúcio Pinheiro dos Santos, José Teixeira Rego, Homem Cristo, etc.

A seguir vêm os alunos. Os alunos!

Desconheço se a velha questão de saber quem nasceu primeiro, se o ovo ou a galinha, foi algum dia levada a sério. Mas dela me valho para equacionar se o que melhor definiu o êxito intelectual protagonizado pela FLUP adveio dos seus professores ou dos seus alunos. Porque se os professores da faculdade constituíram um escol superlativo fora de quaisquer dúvidas, a verdade é que os alunos não o constituíram menos e com esta singularidade - a de se inscreverem e cursarem por decisão própria, sem vínculos partidários ou quaisquer outros, numa instituição iniciática de ensino, sem tradições e considerada, desde o início, sob a suspeição acadêmica, razão pela qual era denominada pelas elites de Coimbra e de Lisboa como a Faculdade das “Tretas” ao invés das Letras!

Para o efeito, compare-se o rol dos professores da FLUP, acima detalhado, com os dos seus alunos: Adolfo Casais Monteiro, Agostinho da Silva, Álvaro Ribeiro, António Salgado Júnior, Augusto Saraiva, Delfim Santos, José Marinho, Sant’Anna Dionísio, etc.

Decerto que se o homem é produto do meio, também o é do ensino que recebe; mas é de todo invulgar que uma geração de intelectuais, mesmo com o gabarito dos que leccionaram na FLUP, viesse a formatar uma outra geração capaz de lhe disputar o saber e o protagonismo.

Hoje é dado como adquirido que a geração que resultou da FLUP adveio essencialmente duma prática de ensino revolucionária, cujo mentor principal foi Leonardo Coimbra, caracterizada tanto pela liberdade do pensamento especulativo, como pela eliminação de fronteiras instituídas entre ministrantes e ministrados. Para muitos, os mestres da FLUP possuíam ou vieram a possuir credenciais curriculares de natureza difusa, posto os níveis das suas influências nos discípulos

fossem enormes e nunca contestados. José Marinho, por exemplo, tinha Leonardo Coimbra em tal ascendente que chegou a colocar em risco a amizade com Régio que, mais uma vez, metaforicamente, profere: *Sei que não vou por aí!* – não aceitando a subordinação que este manifestava em relação ao dito *mestre*, que Régio tinha em pouca monta, tal como Jorge de Sena que, objetiva ou infundadamente, numa das suas críticas, chegou a atribuir demérito ao filósofo do *Criacionismo!*

Independentemente, porém, destas e de outras opiniões, certo é que todos desta geração eram nas discussões do saber Cavaleiros da Távola Redonda, chegando mesmo ao ponto de serem tão ou mais importantes as aulas *vadias* nas mesas dos cafés, em são convívio entre professores e alunos, do que, porventura, nas aulas oficiais. Digamos que na faculdade teorizava-se e nos cafés discutia-se e questionava-se coloquialmente. Em certa medida a geração que saiu da FLUP foi a geração dos *porquês*, de que Agostinho da Silva foi o exemplo maior.

Com o golpe militar de 28 de Maio de 1926, Leonardo Coimbra adianta-se aos presumíveis acontecimentos e demite-se do cargo de diretor da FLUP, remetendo-se ao lugar de professor. Nove meses depois é um dos revolucionários do Porto, a par de alguns alunos e professores, e isso foi fatal para si e para o destino da FLUP.

De resto, Leonardo Coimbra poucos anos mais duraria, dado que veio a falecer no primeiro dia de Janeiro de 1936 em resultado de um brutal acidente de viação em Baltar.

Resta acrescentar que, em 1961, sob o aparente pretexto das comemorações do 50.º aniversário da Universidade do Porto, foi instituída nova Faculdade de Letras, iniciando o funcionamento letivo em 26/10/1962.

Hoje a Universidade do Porto, mau grado o seu controverso nascimento e percurso, é indiscutivelmente a maior e mais importante de Portugal, integrando as Faculdades de Ciências, Medicina, Engenharia, Letras, Farmácia, Economia, Arquitectura, Psicologia, Desporto, Medicina Dentária, Ciências de Nutrição e Alimentação, Direito, Belas Artes e o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar.

Prof. Dr. Ramiro Teixeira
(Universidade do Porto – Porto – Portugal)
ramiroteixeira23@gmail.com

Data de registo: 05/03/2014
Data de aceite: 03/09/2014